

DOMINGO, 28 DE FEVEREIRO DE 2010

A PEC 115 pode evitar a devastação do Cerrado: entrevista com o deputado Pedro Wilson Magalhães

Tramita na Câmara dos Deputados Federais, aguardando entrar na Ordem do Dia, a Proposta de Emenda Constitucional 115 (PEC 115), de autoria do deputado Pedro Wilson Magalhães (PT-GO). Se aprovada, dará status de Patrimônios Ambientais Nacionais aos biomas do Cerrado, da Caatinga e dos Campos Sulinos (o Pampa). A iniciativa visa corrigir desigualdades no tratamento dado pelo governo aos ecossistemas brasileiros e tenta, pelo menos, frear a degradação ambiental a que estão expostos.

O caso mais grave e urgente é o do Cerrado, um bioma com área de 2.045.064 km² e berço das águas doces brasileiras, onde já foram desmatados mais de 57% de sua área. A extensão do bioma corresponde a 23,9% do território nacional e abrange partes dos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí e do Distrito Federal. Atualmente, a devastação da região é da ordem de 30 mil km² por ano. Três vezes maior do que o da Amazônia, que é de 10 mil km² por ano, e se concentra em uma região bem menor. A continuar neste ritmo, dentro de 20 ou 30 anos, o Cerrado desaparecerá, de acordo com especialistas como o professor Donald Sawyer, da Universidade de Brasília (UnB) e a engenheira florestal Giselda Duringan, do Instituto Florestal do Estado de São Paulo. A principal causa deste desastre ecológico, que ameaça o futuro das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul – a do Paraná, a do São Francisco e a Amazônica – , é a expansão do agronegócio.

Grandes proprietários de terras derrubam a vegetação, comprometem a existência das nascentes e veredas das águas, para criar gado e plantarem monoculturas de grãos, sobretudo soja e milho. A questão se torna mais grave quando se leva em conta a diversidade da fauna, da flora e o fato de que os principais rios brasileiros nascem e crescem no Cerrado. Além disso, o Aquífero Guarani, maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo, com 1,2 milhão de km² e 55 mil km³ de volume, com uma capacidade de recarga de 166 km³ ao ano, também está ameaçado.

O Guarani estende-se do Brasil a regiões do Uruguai, Paraguai e Argentina, mas 70% de sua extensão – 840 mil km² - estão no subsolo do Centro-Oeste brasileiro. Se aprovada, a modificação constitucional permitirá que as regiões sejam incluídas em programas de subsídios, remanejamento e fiscalização governamentais mais efetivos. Embora seja um político experiente, Pedro Wilson enfrenta dificuldades quase intransponíveis para a aprovação da proposta. Há 14 anos esta emenda está engavetada no Congresso.

A principal opositora à PEC 115 é a bancada ruralista , formada principalmente por parlamentares do DEM (ex-PFL), de parte do PTB, do PMDB , do PSDB e de outras legendas menores, que representam os interesses do agronegócio em Brasília. Advogado, sociólogo, ex-prefeito de Goiânia e deputado na terceira legislatura, Pedro Wilson atua, também, como vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). Nesta entrevista, ele explica que sua luta é suprapartidária, pois o que está em jogo é a escassez da água, o desequilíbrio climático, a desertificação

de áreas nacionais, a possível falta de energia, entre outros problemas ecológicos, econômicos e sociais que já afetam o país e poderão se agravar no futuro.

Qual a importância da PEC 115 para os biomas da Caatinga, do Cerrado e do Pampa?

Pedro Wilson - A Proposta de Emenda à Constituição que apresentamos vem corrigir um equívoco na elaboração da Constituição de 1988, que considerou apenas quatro dos sete biomas brasileiros, colocando-os como Patrimônios Nacionais: a Amazônia, a Mata Atlântica, a Zona Costeira e o Pantanal do Mato Grosso, deixando de fora a Caatinga, o Cerrado e os Campos Sulinos (conhecidos como Pampa). Todos são de rara importância por suas biodiversidades, riqueza de espécies de fauna e flora, pela abundância de água, florestas nativas e vegetação. Só para se ter uma idéia, o Cerrado responde por 2/3 da água potável do país, formando suas três principais bacias hidrográficas, que são a Amazônica, as do São Francisco e do Paraná. Em torno de 95% da energia consumida no Brasil depende, direta ou indiretamente, das águas que nascem no Cerrado ou são alimentadas por elas.

Em que eles serão beneficiados com a aprovação da PEC 115?

Pedro Wilson - Os biomas considerados patrimônios têm vários benefícios, como incentivos fiscais, programas especiais de desenvolvimento sustentável, de manejo e preservação ambiental. Além da criação de reservas extrativistas e de políticas públicas, com aplicação de recursos para projetos alternativos de agricultura familiar para as populações tradicionais (etnias indígenas, povos quilombolas e ribeirinhos).

Por que está engavetada há 14 anos? Quem é contra ela?

Pedro Wilson - No Parlamento, há uma correlação de forças muito heterogênea que retrata, de certa forma, o país. No caso específico de nossas PECs – que na verdade são duas: uma do Cerrado e Caatinga e outra dos Campos Sulinos -, há uma disputa entre a bancada ruralista – leia-se o agronegócio – e os que defendem a recuperação e preservação do meio ambiente destes biomas. Daí ela ter entrado e saído diversas vezes da pauta de votação. Mas agora está pronta para ser votada. Temos o apoio do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, do presidente Lula, dos movimentos sociais e ambientalistas. Mas o principal é a palavra empenhada do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, de colocá-la na Ordem do Dia. Vale salientar que, a pedido do deputado Fernando Marrone (PT-RS), estamos encaminhando para o plenário um requerimento de apensamento e indicando seu nome para ser o relator, pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Este é o melhor momento para a aprovação de nossa PEC, que não é só nossa, mas formulações de vários deputados que foram sendo apensadas durante esses anos todos. Não queremos a paternidade, queremos é a proposta aprovada. Isto, sim, é importante.

De que maneira a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste ameaça de extinção o Cerrado?

Pedro Wilson - A devastação põe em risco territórios como os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará, Mato Grosso e outros por onde passam os rios e afluentes das três bacias – Amazônica, São

Francisco e Paraná. Se continuar o processo de degradação do solo, a extinção de espécies animais e vegetais e principalmente das nascentes dos rios, vai afetar diretamente as outras bacias, inclusive a do Amazonas, que o mundo tanto aprendeu a defender. É urgente que o mundo descubra e defenda o Cerrado e a Caatinga, assim como a recuperação do Pampa. Os ecossistemas são interdependentes. Por isso, quando o mundo defende a Amazônia e desconhece o valor do Cerrado, ficamos muito preocupados, porque as águas do Rio Araguaia e Tocantins são responsáveis, também, pela formação da Bacia Amazônica. Se pegarmos apenas o exemplo da água, que será o líquido mais precioso do século, mais até do que o petróleo, veremos que o Cerrado é o “berço de nossas águas”, nascente das três maiores bacias e área onde está concentrada a maior parte do Aquífero Guaraní, maior reservatório de água doce do planeta. A Bacia do Paraná, muito importante para os estados do Sul, Uruguai, Argentina e Paraguai, temos a dimensão exata da importância do Cerrado.

O crescimento do agronegócio melhorou, realmente, as condições de vida da população pobre e dos povos tradicionais que vivem na região, como propagam os empresários e os meios de comunicação?

Pedro Wilson - De fato, a expansão do agronegócio, do latifúndio, da formação de lavouras continuadas, da monocultura; seja ela de cana, de soja ou qualquer plantio sequenciado, só tem beneficiado aos próprios latifundiários - nem sempre residentes na região-, em detrimento daqueles que ali vivem: os ribeirinhos, os índios, os quilombos. Tem uma interferência cruel sobre suas vidas e seu espaço violentado, ocupado. Por serem extrativistas, pequenos produtores da agricultura familiar, pescadores e artesãos, ficam cada vez mais vulneráveis na sua cultura, no seu habitat, na sua sobrevivência. Por isso, suas vidas pioraram com esse tipo de expansionismo.

Se a PEC 115 for aprovada, dependerá de leis complementares para torná-la efetiva?

Pedro Wilson - Não. A proposta finda com a inclusão dos biomas como patrimônios nacionais na Constituição. Depois temos os programas, projetos de incentivos fiscais e políticas públicas que irão ser desempenhados pelos municípios, estados e governo federal. Esse é o motivo pelo qual estamos nos empenhando na aprovação.

O PT dependerá dos votos de seus integrantes e dos da base aliada para aprovar a emenda.

Mas, como gerar unidade no governo, levando-se em conta a existência de posições tão antagônicas sobre o tema como, por exemplo, as dos ministros Carlos Minc e Reinold Stephanes (da Agricultura)?

Pedro Wilson - Nós temos o apoio de 370 assinaturas de deputados que subscreveram a colocação da matéria na ordem do dia. Isso já nos tranquiliza. O ministro Carlos Minc afirmou seu apoio expressamente, em nome do presidente Lula. Nós não temos nenhuma opinião, pelo menos expressa, do ministro Reinold Sthefanes. Acreditamos que ele, também, apoiará porque é um ministro muito culto, já foi deputado à época do lançamento de nossa proposta. Aliás, ele é parlamentar licenciado para ser

ministro e sabe da importância dessa aprovação. Como sabe, também, que não é verdade que a aprovação irá engessar o agronegócio e a produção de grãos.

O senhor tem conhecimento da PEC, sobre a mesma matéria, que o senador Demóstenes Torres (DEM –GO) está elaborando. Quais os pontos convergentes e os divergentes entre as duas propostas?

Pedro Wilson - Sim, temos conhecimento da proposta do senador Demóstenes que tramita no Senado e sabemos que é uma cópia de nossa, apresentada durante minha ausência do parlamento, quando exerci o mandato de prefeito de Goiânia. Como já afirmamos, não estamos incomodados com a paternidade da coisa, o que nós queremos é que sejam declarados o Cerrado, a Caatinga e o Pampa como patrimônios nacionais.

A maior parte da bancada ruralista no Congresso está vinculada ao DEM. A PEC do senador Demóstenes Torres, não poderá desvirtuar alguns dos propósitos dos ambientalistas para contemplar os dos representantes do agronegócio?

Pedro Wilson - Temos informações de que muitos dos deputados da bancada ruralista apóiam nossa proposta e nosso foco está voltado para sua aprovação. Portanto, não temos por que nos preocupar com os termos da outra proposta. Ademais, o fato de ser o senador do DEM, é mais um motivo para crescer nossa esperança de que possamos sensibilizar os deputados do partido dele a assumir nossa proposta, que está há muito mais tempo na pauta, pronta para ser votada.